



PROJETO EDUCATIVO AEV

A educação não é uma questão de falar e ouvir, mas um processo ativo e construtivo.

JOHN DEWEY

Conteúdo

Preâmbulo	3
Capítulo I.....	5
1. Contexto e caracterização geral do (AEV)	5
Organograma do Agrupamento de Escolas de Valdevez.....	7
2. Missão, Visão, Princípios e Valores	9
Missão.....	9
Visão.....	10
3. Oferta educativa / formativa.....	11
4. Parcerias.....	13
5. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)	14
Departamento de Educação Especial	15
Serviço de Psicologia e Orientação.....	16
6. Bibliotecas Escolares	17
Capítulo II.....	19
Pressupostos pedagógicos e de avaliação.....	19
Comunidade educativa.....	19
Alunos	19
Pais e Encarregados de Educação.....	20
Docentes	20
Pessoal não docente	21
Avaliação	21
Capítulo III.....	23
1. Objetivos, Estratégias e Metas	23
Eixo I: Aprender ao longo da vida – o envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem	23
Eixo II: Prática pedagógica	28
Eixo III: AEV – uma organização educativa: uma ponte entre a escola e o mundo	30
2. A avaliação do Projeto Educativo	35
Disposições finais.....	36
Bibliografia.....	37
Anexos	38

Preâmbulo

O Projeto Educativo de Escola, enquanto instrumento de “planificação da ação educativa” e de “construção da identidade própria de cada estabelecimento de ensino”, obriga a uma conceção da escola como uma “organização que continuamente se pensa a si própria” (Costa, 2003:56).

A noção de projeto observa que o ser humano não deve renunciar a prever e preparar o seu futuro, desafiando antecipar o rumo mais apropriado e eficaz para o caminho a seguir. Esta noção de projeto endógeno às organizações, aos seus atores e às lideranças traduz uma vontade autónoma de identificar o percurso da ação estratégica em função das expectativas legítimas.

De acordo com o Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, o projeto educativo (PE) explicita a orientação educativa do agrupamento e é aprovado pelos órgãos competentes de administração e de gestão para um horizonte de três anos. Este documento aclara *“os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”* e considera que deverá ser um documento *“objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva”*.

Apesar de ser encarado pela legislação como instrumento de autonomia das escolas, “O Projeto Educativo surge como um instrumento, por excelência, da construção da autonomia do estabelecimento de ensino, e institui-se como um processo capaz de articular as tendências referidas: Investigação (produção de conhecimento), Inovação (mudança organizacional) e Formação (mudança de representações e práticas dos indivíduos)” (Canário, 1992:12). Apesar desta referência legal, a autonomia é ténue, deste modo, “É preciso criar condições para que ela seja construída, em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que enformam o sistema público nacional de ensino” (Grilo, 2005:266).

O PE deve ser um documento identitário do agrupamento (AEV) e, deste modo, oferecer à comunidade uma matriz referencial de excelência no plano pedagógico e educativo. Deve ser coelaborado pelo envolvimento cooperante de diversos atores e de acordo com os normativos em vigor. Deve explicitar a visão, a missão, os valores e os princípios de apoio a todos os órgãos de gestão nas suas opções estratégicas de desenvolvimento organizacional. Constitui-se, por isso, como um impulso ao desempenho do profissionalismo da comunidade educativa em geral.

Para além da sua obrigatoriedade legal, o PE justifica-se pela necessidade de adequar a escola/agrupamento à evolução e dinâmicas verificadas na sociedade e aos normativos vigentes, mas, sobretudo, ao nível educativo, social e político, bem como no papel e na ação estratégica que quer e

deseja ter como instituição prestigiada junto da sua comunidade, procurando prestar um serviço educativo de e de referência à comunidade local e à sociedade em geral.

No cumprimento dos preceitos legais, no primeiro capítulo será apresentada uma breve caracterização do contexto físico e social do concelho e do AEV, incluindo o seu organograma, para representar graficamente a estrutura e a hierarquia organizacional. Seguidamente, será partilhada a missão e a visão e serão abordados os princípios e os valores, segundo os quais o AEV se propõe cumprir a sua função educativa em articulação com os demais documentos estruturantes. Ainda neste capítulo, será abordada a oferta formativa bem como o Departamento de Educação Especial, determinante na definição de estratégias, no acompanhamento da diversificação curricular e na inclusão, e os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar, cujas metas a atingir se situam ao nível da educação, saúde e bem-estar, emprego e equidade social e Bibliotecas Escolares

No Capítulo II, serão abordados alguns pressupostos pedagógicos centrais na educação e na prática educativa do AEV, nomeadamente, *Comunidade Educativa, Alunos, Pais e Encarregados de Educação, Pessoal Docente, Não Docente, Avaliação.*

No último capítulo, será apresentado um quadro fulcral onde são descritos os objetivos, as ações estratégicas e as metas em função de três eixos paradigmáticos:

Eixo I – Aprender ao longo da vida – O envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem;

Eixo II – Prática pedagógica;

Eixo III – AEV - uma organização: uma ponte entre a escola e o mundo.

Finalmente, serão feitas algumas referências à avaliação deste projeto e as considerações finais.

Este Projeto pretende constituir-se como um documento capaz de esclarecer e promover conhecimento e confiança e um estímulo para a comunidade em geral e para aqueles que nos honram com a sua preferência.

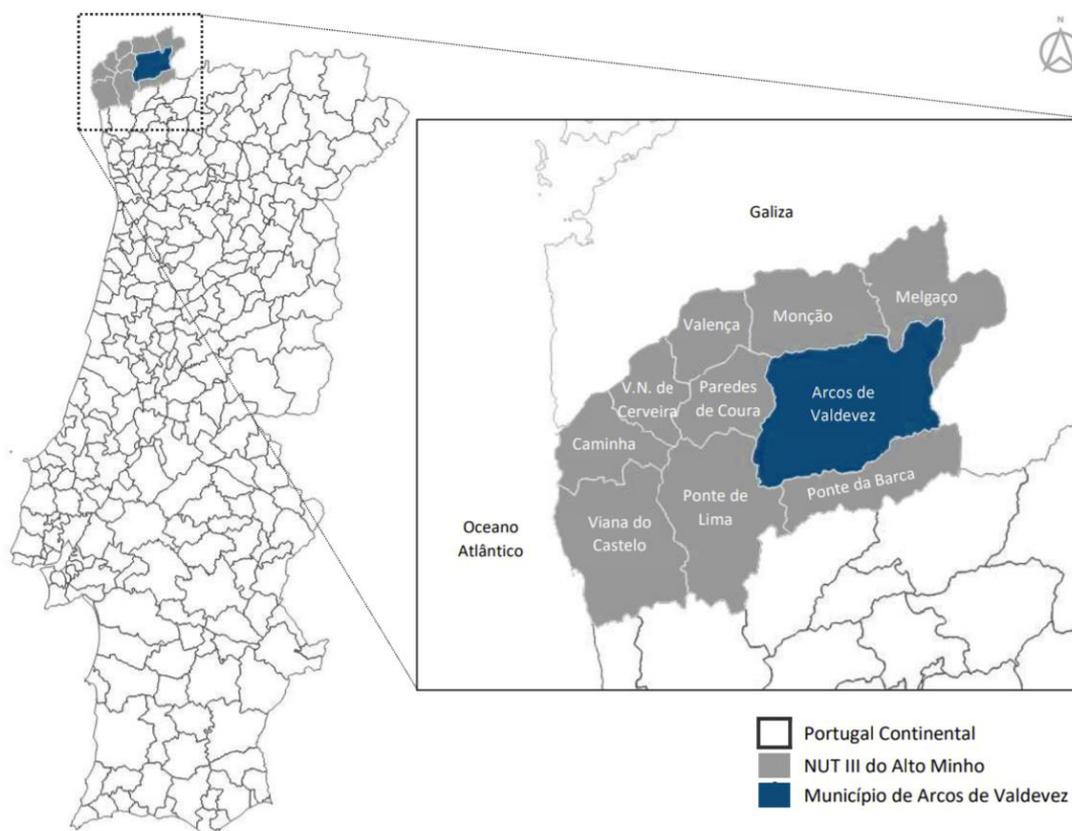
Capítulo I

1. Contexto e caracterização geral do (AEV)

Contexto físico e social

O Agrupamento de Escolas de Valdevez (AEV) localiza-se em Arcos de Valdevez, concelho que integra a NUT III do Alto Minho, localizado no noroeste da região norte e que corresponde integralmente ao distrito de Viana do Castelo. O Município Arcuense é limitado a Nordeste, pelo Município de Melgaço, a Norte, pelo Município de Monção, a Oeste, pelo Município de Paredes de Coura, a Sudoeste/Oeste, pelo Município de Ponte de Lima, a Sul, pelo Município de Ponte da Barca e faz fronteira com Espanha (Galiza) a Este cf. Figura 1).

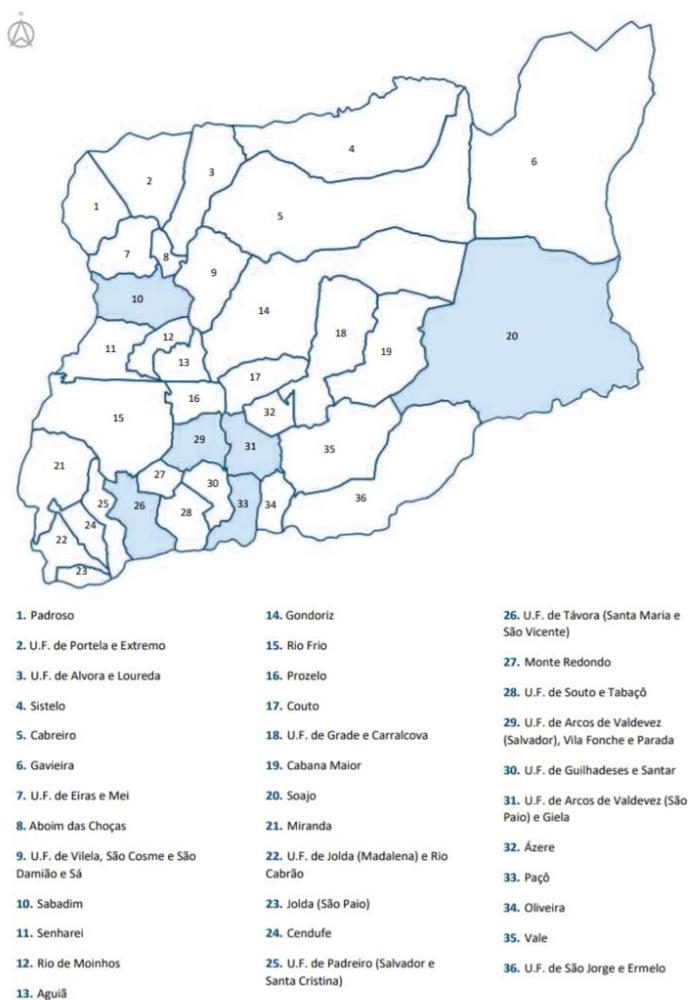
Figura 1 - representativa de Portugal continental, com destaque da NUT III do Alto Minho e do Município de Arcos de Valdevez



O concelho tem 36 freguesias (cf. Figura 2), espalhadas por uma área de cerca de 450 Km² e com uma baixa densidade populacional: 47 habitantes por Km². De acordo com os Censos 2021, a população residente ronda os 21.000 habitantes (destes 9,5% são jovens, 57,4% fazem parte da população ativa e 32,5% são idosos), apresenta uma elevada taxa de envelhecimento e uma escolarização baixa, apesar de se verificar uma melhoria gradual das habilitações dos encarregados de educação. A generalidade dos arcuenses tem um baixo índice de escolaridade, o que determina um défice de acompanhamento

da vida escolar dos educandos e, correlativamente, a diminuta valorização que é atribuída à formação académica e à escola. A extensão e a dispersão constituem um outro constrangimento, na medida em que sujeita os alunos a um gasto considerável de tempo em viagens. Em termos socioeconómicos, a emigração e a agricultura de subsistência persistem como modo de vida, embora a autarquia faça importantes esforços para dotar o município de infraestruturas industriais, de forma a atrair e a fixar a população. Espelho disso é a existência de uma incubadora que tem como um dos seus objetivos estimular a criação sustentável de novas empresas e de emprego qualificado. O facto de ter parte do seu território integrado no Parque Nacional Peneda-Gerês, declarado pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, faz de Arcos de Valdevez um destino turístico que oferece uma riqueza ambiental, paisagística e a biodiversidade de um território de excelência. O concelho é, assim, marcado por uma paisagem verde, com flora e fauna abundantes, arquitetura solarenga e um rio - o Vez - distintivos de todo este território. O concelho, com uma história secular, está associado a um episódio da História de Portugal, ligado aos primeiros tempos da nacionalidade - o Torneio de Valdevez.

Figura 2 - Freguesia do Concelho de Arcos de Valdevez

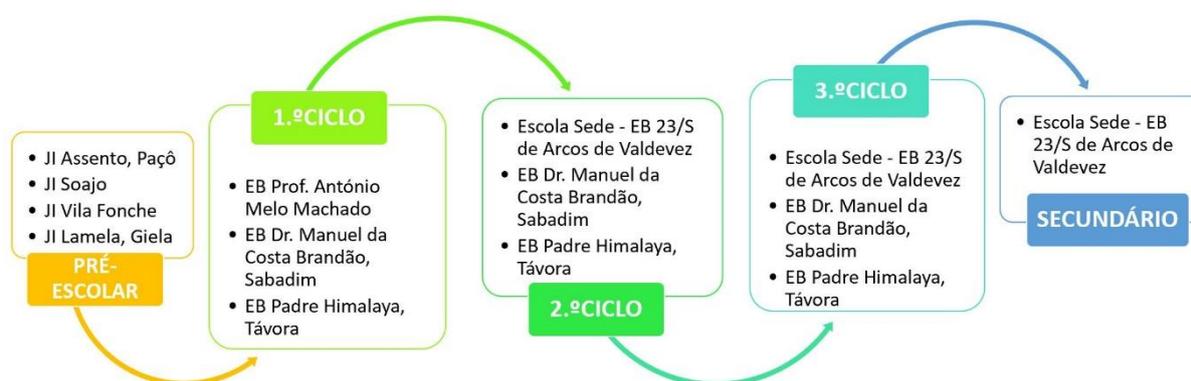


Escolas e enquadramento do Agrupamento

Subunidades do Agrupamento

O Agrupamento é constituído pela escola sede e por um conjunto de sete edifícios e sete subunidades nas freguesias de Sabadim, União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador, Vila Fonche e Parada, União de Freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela, União das Freguesias de Távora Santa Maria e Távora São Vicente e Soajo. Este conjunto de escolas dista da sede cerca de 7 km e a escola de Soajo, a mais distante, cerca de 20Km.

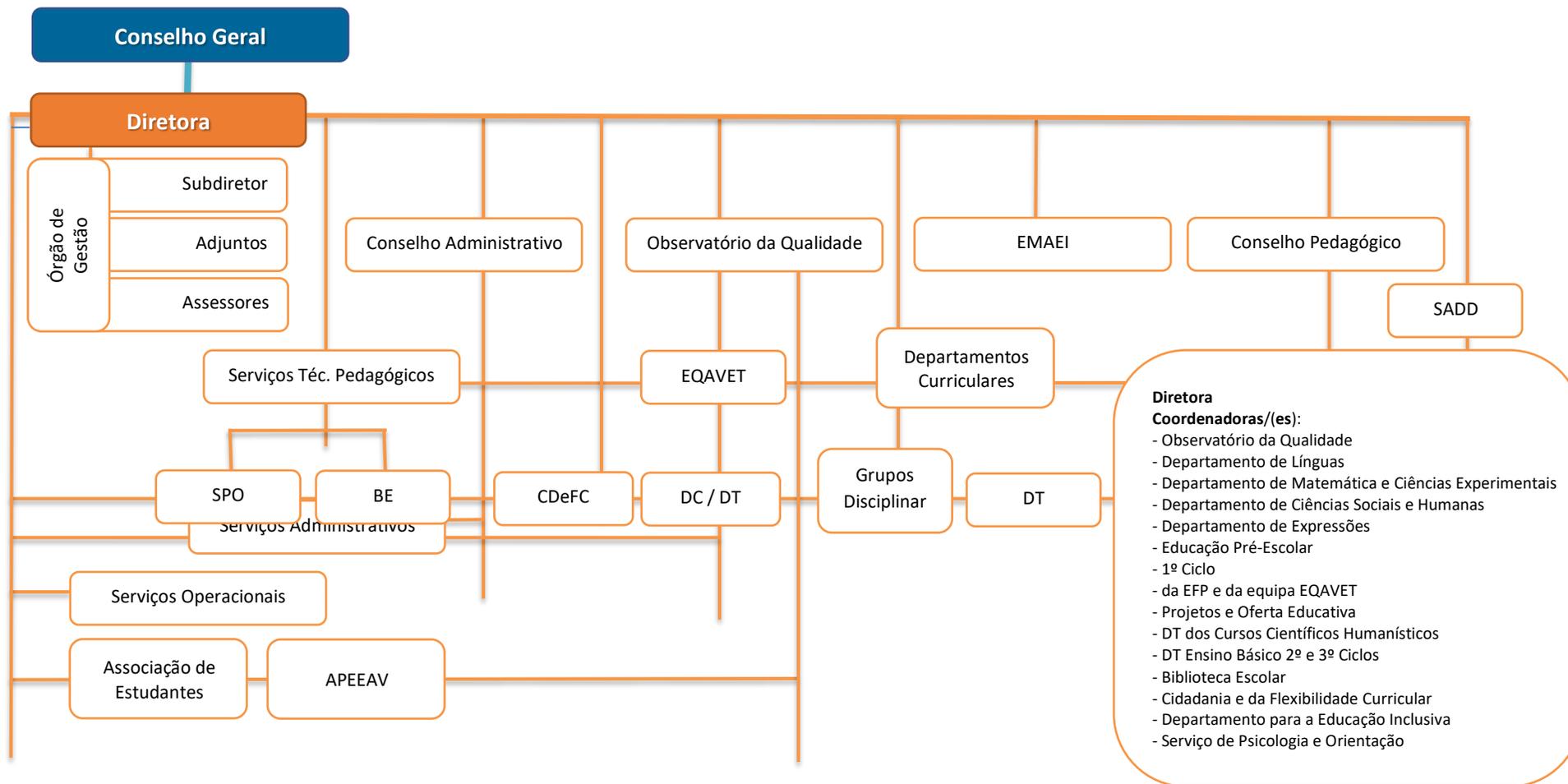
Figura 3 - Escolas do agrupamento



Organograma do Agrupamento de Escolas de Valdevez

O organograma, que, seguidamente, se desenha, é um gráfico que representa, visualmente, a estrutura organizacional do AEV em função da legislação. O Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, no n.º 2 do artigo 10.º, afirma que são órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas o conselho geral, o(a) diretor(a), o conselho pedagógico e o conselho administrativo.

Figura 4 – Organograma AEV



2. Missão, Visão, Princípios e Valores

Missão

O AEV tem como missão a educação e a formação humana, cultural, científica e técnico-profissional, proporcionando o direito à educação, à mobilidade social e à democratização da comunidade. Deve, por isso, garantir qualidade científica e pedagógica e o acesso e o sucesso escolares para favorecer a formação integral adequada, alicerçada em valores essenciais como a liberdade de pensamento, a justiça, a equidade, a igualdade de oportunidades e a solidariedade. Todos os alunos devem ter acesso a uma educação de qualidade capaz de contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, reconhecedores do valor do conhecimento como chave do sucesso no prosseguimento de estudos ou no acesso ao mundo do trabalho. Será reconhecida a importância aos docentes, aos não docentes, às famílias, aos parceiros e à comunidade, despertando a participação de todos e diligenciando a interação com os parceiros e a comunidade.

O AEV pretende concretizar o primeiro objetivo mundial da UNESCO e consagrado na Constituição da República Portuguesa: uma educação de qualidade para todos.

Visão

O AEV aspira ser um *locus* de educação integral que presta um serviço público de qualidade, competente a formar cidadãos responsáveis, interventivos e munidos de ferramentas que permitam explorar plenamente as suas capacidades e ajudem a integrarem-se com sucesso num mundo em mudança exigente porque complexo. Esta visão materializa-se no cumprimento da sua missão. Tal missão é sustentada em princípios e valores humanistas e universais, alicerçados numa cultura inclusiva, aberta ao mundo, suficientemente flexível, necessariamente inovadora e dialogante.

A visão do AEV decorre de uma certa imagem de futuro que a organização deseja abranger, ou seja, uma espécie de caminho e direção que os seus atores, de forma colaborativa e cooperante, pretendem alcançar com o objetivo de servir os discentes, a comunidade em geral e o país.

Deste modo, e considerando o contexto social, político e económico e a heterogeneidade e a diversidade dos atores do AEV, assim como a multiplicidade de perspetivas e os interesses legítimos daí decorrentes, determinam repensar a visão e a missão da Escola, outrora remetida apenas à sua principal incumbência de instruir. A visão emerge da reflexão partilhada e alicerçada na análise do passado, no presente e na construção do futuro projetado. A sociedade é permanente mudança (re)produzida pelos atores na sua ação, interação e adaptação. Porém, o AEV, enquanto *locus* de produção e reprodução de regras, deve ser capaz de construir o seu ideário, os seus símbolos, os seus projetos e a sua cultura organizacional orientada para princípios e valores fundamentais:

- A promoção de um serviço público de educação de qualidade.
- A promoção da melhoria contínua da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- A garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade, a não discriminação e o direito de todos ao acesso e à participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos e ao sucesso escolar.
- A promoção do desenvolvimento pleno da personalidade do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania democrática.
- O primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os de natureza administrativa.
- A promoção da participação da comunidade escolar na vida do Agrupamento.
- A consciência da sustentabilidade como um dos grandes desafios da humanidade, como forma de garantir o equilíbrio entre as atividades humanas e a natureza, cujo equilíbrio depende a «continuidade histórica da civilização humana».
- A aquisição de saberes e valores como matriz de uma sociedade livre mais justa, solidária e equitativa.

- A promoção de uma educação humanista centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais.
- A valorização da formação do pessoal docente e não docente.
- O desenvolvimento de competências que garantam a capacidade de adaptação a novos contextos e a novas estruturas e a preparação necessária para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.
- A passagem do *eu* ao *nós* (agregando os projetos individuais e de grupos num projeto coletivo).

3. Oferta educativa / formativa

O AEV tem como missão a educação e a formação humana, cultural, científica e técnico-profissional da comunidade, ou seja, de crianças, adolescentes e jovens, numa oferta completa formativa desde a educação do pré-escolar ao ensino secundário cursos científico-humanísticos e educação e formação profissional (EFP). Só uma escolaridade obrigatória de todos e para todos pode ser inclusiva, promotora de equidade e da democracia. O AEV agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Deste modo, uma oferta formativa vasta garante a todos os alunos o direito e o acesso à educação e a uma boa educação, como tem sido apanágio deste agrupamento.

No AEV funciona o sistema público em regime diurno, integrando:

- Jardim de Infância/Pré-escolar
- Ensino Básico, 1.º, 2.º e 3.º ciclos
- Ensino Articulado da Música (2.º e 3.º ciclos)¹

Ensino Secundário

Cursos Científico-Humanísticos

- Artes Visuais
- Ciências e Tecnologias
- Ciências Socioeconómicas
- Línguas Humanidades

Cursos Profissionais

- Técnico de Mecatrónica Automóvel
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores

¹ O AEV oferece, ainda, o Curso Básico de Música em resultado do protocolo de cooperação estabelecido com o CMDAV – Conservatório de Música e Dança de Arcos de Valdevez, em regime de ensino articulado, proporcionando aos alunos uma formação artística de qualidade que desenvolve competências musicais, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, criativo e social dos discentes.

- Técnico da Qualidade
- Técnico Auxiliar de Saúde

Tal como no passado, o AEV pretende garantir uma oferta formativa vasta e diversificada, proporcionando aos seus alunos uma igualdade de oportunidades de escolha no ensino secundário, uma vez que disponibiliza todos os cursos científico-humanísticos.

No ensino profissional, há uma grande diversidade de opções na formação técnica. A seleção destes cursos técnicos é realizada em conformidade com a legislação em vigor e são ponderados a importância do curso em termos de mercado de trabalho local e nacional, o interesse dos alunos e famílias e ainda do tecido empresarial da região. Os cursos de formação profissional, em termos de percurso formativo, potenciam uma escola capaz de gerar igualdade de oportunidades a todos os alunos, uma vez que a escola é fonte de mobilidade social e garantia de formação profissional, abrindo um horizonte mais alargado de possibilidades para o futuro pessoal e coletivo de inserção no mercado de trabalho. Na seleção destes cursos, tem sido marca do agrupamento a utilidade dos cursos como resposta ao mercado e às famílias, dado que defendemos que uma escola justa, além de assegurar um mínimo escolar, “deve também se preocupar com a utilidade dos diplomas” (Dubet, 2004: 553).

Os Cursos de Educação e Formação Profissional (EFP) são percursos do nível secundário de educação, caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional.

Tendo em conta o seu perfil pessoal, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local.

Importa referir que o AEV aderiu ao EQAVET² (acrónimo de *European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training*, em português Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional), por sentir a necessidade de ver reconhecidos os 13 anos de trabalho em Educação e Formação Profissional (EFP) de qualidade. O EQAVET é um instrumento que permite documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta e a qualidade das práticas de gestão, envolvendo processos de monitorização regulares, mecanismos de avaliação interna e externa, relatórios de progresso, estabelecendo critérios de qualidade e descritores indicativos, que sustentam a monitorização e a produção de relatórios por

² A certificação EQAVET foi concebida para melhorar a Educação e Formação Profissional no espaço europeu, colocando à disposição das autoridades e das escolas ferramentas comuns para a gestão da qualidade assentes: numa forte articulação entre os decisores políticos, organismos reguladores, escolas, alunos/formandos, professores, encarregados de educação, empresários e outros parceiros sociais e no desenvolvimento, monitorização, avaliação e melhoria contínua da eficiência da oferta.

parte dos sistemas e dos operadores de EFP, e evidenciando a importância dos indicadores de qualidade que suportam a avaliação, monitorização e garantia da qualidade dos sistemas e dos operadores de EFP.

O AEV define, como ação estratégica, a obtenção de selos de qualidade que se adequem às linhas de ação do AEV e, como metas, manter os selos de qualidade EQAVET e Escola Saudável e a ambição de obtenção de, pelo menos, mais um selo, durante o período de vigência do PE.

Estamos convictos de que a diversidade formativa disponibilizada assim como a qualidade dos recursos técnicos e humanos do AEV asseguram aos seus alunos, nos termos do artigo 10.º do Decreto – Lei n.º55/2018, de 6 de julho, *“a possibilidade de reorientação do percurso formativo dos alunos com recurso à permeabilidade entre cursos com afinidade de planos curriculares e ao regime de equivalências com vista a possibilitar ao aluno o prosseguimento de estudos noutra curso”* e, deste modo, uma inclusão efetiva onde ninguém fica para trás.

4. Parcerias

As escolas são, cada vez mais, um espaço central e multifacetado ao serviço da comunidade. Com os parceiros do AEV, o principal objetivo é desenvolver um clima de diálogo, cooperação e articulação que se deve aprofundar de forma sustentável e aberto a novas parcerias. A colaboração estreita com a autarquia decorre da lei e é uma condição indispensável para melhorar a qualidade do serviço prestado, as instalações e a logística que envolve determinadas atividades de relevo pedagógico, científico, técnico e formativo.

As parcerias são, cada vez mais, determinantes na eficiência e no bom funcionamento da organização escolar, pelo que há a abertura a novas parcerias e o compromisso de continuidade com diversas entidades:

- Autarquia de Arcos de Valdevez
 - ADERE - Peneda Gerês
 - Casa das Artes
 - CNAV - Clube Naval de Arcos de Valdevez
 - In.cubo – Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras - Arcos de Valdevez
 - Museu da Água ao Ar Livre
 - Oficinas de Criatividade Himalaya
- Associação de Pais e Encarregados de Educação
- ACIAB - Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca
- Associação de Juventude de Vila Fonche
- Associação Cultural do Povo de Távora
- Associação Recreativa e Cultural de Távora
- Associação Desportiva e Cultural de Aboim/Sabadim
- Associação Recreativa e Cultural de Guilhadeses

- Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez
- Câmara Municipal de Ponte da Barca
- Conservatório de Música e Dança de Arcos de Valdevez
- CENFIPE - Centro de Formação e Inovação dos Profissionais de Educação/escolas associadas do Alto Lima e Paredes de Coura
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)
- Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (CRTIC)
- Centro Regional de Segurança Social de Arcos de Valdevez
- Centro de Saúde de Arcos de Valdevez – ULSAM
- Centro Paroquial e Social de Guilhadeses
- Centro Paroquial e Social de Rio Frio
- Centro Paroquial e Social de S. Jorge
- Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Grade
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo (CDOS)
- Clube de Rugby de Arcos de Valdevez
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Escola Superior de Educação de Viana do Castelo
- Escola Superior Tecnologia e Gestão
- GNR – Escola Segura
- Juntas de Freguesia
- Ordem dos Engenheiros
- RECIFE – Sociedade gestora de veículos em fim de vida
- SCMAV - Santa Casa Misericórdia de Arcos de Valdevez
- ULSAM - UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, EPE
- Universidade do Minho
- Outros

5. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

A EMAEI é uma estrutura de apoio aos conselhos de turma, empenhada na identificação das barreiras à aprendizagem dos alunos, que propõe estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às Aprendizagens Essenciais de cada disciplina e a potenciar o desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) é composta por elementos permanentes e por elementos variáveis.

Em articulação com os docentes de Educação Especial, a EMAEI disponibiliza conteúdos da DGE que podem apoiar o desenvolvimento de uma escola inclusiva. Pretende-se que a escola, os seus profissionais e até os próprios encarregados de educação possam vir a contribuir com propostas para complementar o seu conteúdo.

A Equipa Multidisciplinar tem a função de:

- Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;
- Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar;
- Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem;
- Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;
- Elaborar o Relatório Técnico-Pedagógico/Programa Educativo Individual e Plano Individual de Transição previstos;
- Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão de todos e de cada um dos alunos, o AEV propõe-se garantir a equidade e a igualdade de oportunidades de aprendizagem e a realização integral, de modo a assegurar que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

O AEV pretende, no âmbito da sua atuação, com os recursos materiais e humanos disponíveis, incorporar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos.

Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:

Recursos humanos

- Docentes de Educação Especial
- Técnicos especializados
- Assistentes operacionais

Recursos organizacionais

- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- Centro de Apoio à Aprendizagem

Recursos específicos existentes na comunidade

- Equipa de Saúde Escolar da ULS
- Comissão de proteção de crianças e jovens

Departamento de Educação Especial

O Departamento de Educação Especial é constituído por professores especializados no Domínio Cognitivo / Motor (Grupo 910). A reorganização das respostas educativas pressupõe o reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação curricular.

Os docentes de educação especial, no âmbito da sua especialização, apoiam, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes dos alunos na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão.

O Departamento de Educação Especial promove, ainda, momentos de formação interna com o intuito de melhoria das práticas educativas, estabelecendo a estreita articulação com os encarregados de educação e parcerias com os organismos/instituições locais.

São de salientar as parcerias com o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) de Viana do Castelo, com entidades públicas e privadas para a implementação dos PIT e apoio na organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Serviço de Psicologia e Orientação

O psicólogo escolar avalia, planifica intervenções e colabora com os diversos intervenientes da comunidade educativa, com base em evidência científica e técnica. Os papéis e funções podem ser muito variados, incluindo tarefas como a avaliação, o acompanhamento, o aconselhamento e a consultadoria, entre outras. Importa referir que estas ações são complementares e podem responder a níveis distintos de intervenção, nomeadamente por recurso a medidas de carácter universal, seletivo e intensivo, ainda que se considere a necessidade de priorizar intervenções de carácter preventivo e promocional. De acordo com a legislação, o psicólogo escolar, enquanto recurso da escola, desenvolve a sua atividade em três domínios: apoio psicológico e psicopedagógico a alunos e professores, apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa e orientação de carreira. As atividades a desenvolver, em cada um destes domínios, variam de acordo com o contexto e as prioridades definidas nos instrumentos de gestão da escola. Estes domínios de intervenção estão interligados e têm um carácter de complementaridade.

As principais metas a atingir pela Psicologia Escolar situam-se ao nível da **educação, saúde e bem-estar, emprego e equidade social**, e estão em consonância com as finalidades comunitárias:

Educação

- Promover a aquisição de estratégias para uma aprendizagem ativa, de modo a facilitar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida;
- Motivar e promover o acesso sustentado à educação e formação, de forma a elevar o nível de qualificação de jovens e de adultos;
- Promover o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos, capacitando-os para o exercício de uma cidadania plena;

- Facilitar a transição entre níveis e modalidades de educação e formação;
- Acompanhar as crianças e os jovens ao longo dos seus percursos educativos e formativos, contribuindo para reduzir o abandono escolar e promover o sucesso educativo.

Saúde e bem-estar

- Promover o bem-estar e a saúde mental dos alunos e reduzir o impacto dos problemas comportamentais, sociais e emocionais no desempenho escolar;
- Promover atitudes, valores e comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente escolar;
- Capacitar os diferentes agentes educativos para agir neste domínio dentro das suas competências.

Emprego

- Promover a mobilidade funcional e geográfica;
- Promover o desenvolvimento flexível de carreira, o empreendedorismo e a proatividade, contribuindo para o acesso ao emprego, para a diminuição do tempo de permanência no desemprego e para a redução da dependência de apoios sociais;
- Contribuir para a melhoria da qualificação e capacitação dos jovens e adultos para responderem às exigências do mercado de trabalho;
- Mobilizar para a permanência no mercado de trabalho até idades mais avançadas, em resposta ao envelhecimento populacional.

Equidade Social

- Promover a igualdade de oportunidades e a educação inclusiva;
- Contribuir para esbater a crescente polarização do mercado de trabalho;
- Responder às necessidades dos grupos vulneráveis e menos qualificados.

6. Bibliotecas Escolares

As Bibliotecas Escolares do AEV centram a sua ação na promoção do conhecimento, de modo que seja facilmente acessado pela comunidade escolar e educativa. Desempenham, assim, um papel importantíssimo no acesso democrático à cultura e às diversas vertentes do saber. O seu trabalho é desenvolvido em articulação com as demais estruturas, de modo a corresponder às necessidades do corpo docente e discente. Por conseguinte, as atividades implementam e asseguram a aquisição e consolidação de competências ao nível das literacias (da leitura, da escrita, da informação e dos *media*), contribuindo para a construção do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. Dinamizam projetos nacionais em parceria com diversas entidades: RBE, PNL, Associação Ajudaris,

Quercus, Amnistia Internacional, a Fundação Saramago, o Jornal Público na Escola e outras. Saliente-se, ainda, o facto de se assumirem como mecanismos promotores de formação (digital, literária), para além de dinamizarem espaços que articulam o saber com o lazer. Existem para servir o público escolar/comunidade educativa, fomentando a articulação curricular, a promoção do sucesso escolar e a aquisição de cultura nas suas múltiplas vertentes.

No âmbito da vasta ação da BE, foi criado o AEVdigital, com periodicidade mensal, em formato digital, sendo distribuído por *email* a toda a comunidade educativa e assumindo-se como uma plataforma de troca de ideias e informações que une a comunidade escolar num espaço de partilha, promotor da liberdade de expressão. É, ainda, um instrumento de comunicação, educação para a cidadania, promoção do espírito crítico e integração dos saberes a um nível transversal.

O AEVdigital promove a dinamização de parcerias com a autarquia, as instituições do concelho e os encarregados de educação, acolhendo contributos de toda a comunidade educativa. Assim, alunos, professores, pais/encarregados de educação, assistentes operacionais e comunidade em geral são desafiados a envolverem-se neste projeto, que é de todos e para todos.

O jornal AEVdigital pretende ser um projeto bem enraizado na idiossincrasia do AEV, privilegiando a cultura, a escrita e a comunicação com a comunidade.

Capítulo II

Pressupostos pedagógicos e de avaliação

Comunidade educativa

A comunidade educativa do AEV (direção, docentes, alunos, encarregados de educação, assistentes técnicos e operacionais) deve promover uma cultura de compromisso alicerçada numa participação ativa, no trabalho colaborativo e na cooperação dos seus elementos nas diferentes funções e papéis. A dimensão comunitária como matriz enfatiza o processo educativo partilhado, democrático, justo, equitativo e inclusivo onde cabem todos.

Alunos

O aluno é o centro da comunidade educativa e a razão de ser do processo e do ato educativo. Deste modo, o aluno é o principal protagonista do processo educativo que deve garantir o seu crescimento saudável integrado na comunidade, proporcionando-lhe a motivação e os meios necessários para a sua formação pessoal e académica. Garantir uma educação de qualidade para todos é uma *conditio sine qua non* para o seu sucesso pessoal, profissional, bem como das famílias, permitindo alargar os horizontes de possibilidade relativamente ao futuro através da criação de oportunidades adequadas. Uma boa formação e o acesso a oportunidades num patamar de igualdade são uma matriz importante de um estado de direito democrático e de uma sociedade justa. O princípio da igualdade não deve eliminar a singularidade e o direito à diferença que proporcione um desenvolvimento integral, uma formação técnica e científica adequada, salvaguardando o seu sucesso educativo.

Pais e Encarregados de Educação

O AEV e a legislação legitimam e reivindicam o direito dos pais e/ou encarregados de educação de acompanharem os alunos no processo educativo através dos meios e mecanismos definidos na legislação e nos documentos estruturantes do agrupamento.

Serão realizadas ações de parceria com a APEEAEV, no sentido da promoção da participação dos pais no percurso académico dos seus educandos, nas atividades abertas à comunidade e, em suma, na vida da escola.

O AEV disponibiliza um conjunto de meios e canais eficazes (diretor de turma, INOVAR, Teams, ...) conducentes à participação e à colaboração dos pais nesta tarefa nobre que é educar. Os pais e encarregados de educação são os principais responsáveis pela educação dos filhos e, por isso, essenciais ao sistema e determinantes na colaboração com o agrupamento e no sucesso escolar dos alunos. O AEV reconhece-lhes o direito de informação sobre todo o processo educativo dos seus filhos, relativamente à sua evolução global, às dificuldades individuais, à forma de inclusão na comunidade educativa, ao seu crescimento integral e à avaliação nos termos da legislação e, especificamente, do regulamento interno (RI).

No preâmbulo do decreto-lei 75/2008, pode ler-se que há um primeiro objetivo: “reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino”. A legislação, de uma maneira explícita, considera que os pais ou encarregados de educação *têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando*. Neste sentido, o AEV tem o compromisso permanente de promover mecanismos para renovar gradualmente a relação dos encarregados de educação com o AEV, no sentido de desenvolver uma cultura de participação e corresponsabilização permanente e mais significativa na vida dos seus educandos e nas decisões do agrupamento.

Docentes

O corpo docente do AEV é estável, experiente e assume-se como formador e educador eficaz, como têm demonstrado os resultados escolares, por exemplo.

Na função de formadores e educadores, os docentes proporcionam a pedagogia adequada, a didática competente, os conteúdos técnicos, científicos e metodológicos que fundamentam a sua atividade e as aprendizagens. Na sua atividade docente há inovação e trabalho colaborativo capaz de metamorfosear as aulas em momentos motivadores de aprendizagem, adaptando os ritmos letivos, as

estratégias e as metodologias aos alunos, através de recursos variados e moldados aos conteúdos (AE), ao perfil dos alunos (PASEO) e aos recursos disponíveis.

O ato educativo, a atividade docente, deve ser um exemplo para todos os elementos da comunidade educativa pelo desempenho ético em toda a sua ação.

Ao AEV e aos docentes cabe garantir a atualização do conhecimento e a formação profissional adequada às exigências da profissão e aos desafios dos contextos de desenvolvimento, sempre determinados pelos valores democráticos, pelos direitos humanos e pelo direito universal a uma boa educação.

Pessoal não docente

O pessoal não docente do agrupamento é composto por 14 assistentes técnicos e 74 assistentes operacionais, um psicólogo do quadro, um no âmbito do PNPSE e outro contratado a meio tempo para apoiar o ensino profissional. No âmbito do sucesso escolar, existe também um técnico superior, Assistente Social, que promove a relação de bem-estar entre a escola e as famílias.

O pessoal não docente é fundamental na prestação de um serviço educativo de qualidade. As interações entre estes profissionais e os restantes atores educativos são diárias e, por isso, constituem-se como um fator importante na formação e no ambiente ou *ethos* organizacional criado no espaço escolar. Estes agentes educativos prestam um serviço que exige responsabilidade, competência, regras e bom senso, o que torna a sua função exigente e complexa.

O Pessoal não docente, além de indispensável, deve ser cooperante no processo educativo, de acordo com as funções específicas atribuídas. Do seu desempenho eficiente dependerá o sucesso das ações educativas. O seu desempenho profissional completa-se com uma dimensão axiológica fundamental na educação enquanto ator que deve zelar pela preservação dos valores e princípios educativos e pelo funcionamento da comunidade educativa.

Avaliação

A avaliação é uma constituinte inerente ao processo educativo capaz de regular a prática educativa, contribuindo, de forma consistente e objetiva, para melhorar e garantir rigor e transparência ao processo de ensino e aprendizagem. As práticas de avaliação devem possibilitar conhecer e avaliar, numa dimensão formativa, as atitudes, as capacidades, os conhecimentos, as aprendizagens e o desenvolvimento dos alunos, disponibilizando a docentes, discentes e famílias informações relativas

ao seu desenvolvimento nas aprendizagens. Avaliar permite verificar o que foi aprendido, compreendido e retido, num contexto de uma progressão desejável.

O AEV, através da formação de docentes, aderiu ao projeto MAIA (*Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica*) que teve o seu início em setembro de 2019. Este projeto visa a melhoria das aprendizagens dos alunos decorrentes das práticas pedagógicas dos professores e das escolas, mais especificamente as práticas de ensino e de avaliação. Deste modo, o AEV e o corpo docente pretendem contribuir, de forma contínua e sistemática, para a melhoria das práticas de avaliação e de ensino, tendo como horizonte a melhoria das aprendizagens de todos os alunos. O processo de aprendizagem deve ser coparticipado e cooperativo numa ótica em que cada um contribui para o processo formativo do outro.

Fernandes (2021) faz uma síntese clara e abrangente, relativamente à avaliação pedagógica, ao considerar que “pode ser concebida como um processo através do qual professores e alunos recolhem, analisam, interpretam, discutem e utilizam informações referentes à aprendizagem dos alunos (evidências de aprendizagem), tendo em vista uma diversidade de propósitos, tais como: a) identificar os aspetos mais e menos conseguidos dos alunos no que diz respeito às suas aprendizagens; b) acompanhar o progresso das aprendizagens dos alunos em direção aos níveis de desempenho que se consideram desejáveis; c) distribuir *feedback* de qualidade para apoiar os alunos nos seus esforços de aprendizagem; d) atribuir notas; e e) distribuir *feedback* aos pais e encarregados de educação.”

Os critérios, os instrumentos e as modalidades de avaliação, elaborados e aprovados nos termos da lei, privilegiam uma avaliação pedagógica formativa, promotora da melhoria contínua das aprendizagens assente nos princípios da transparência, da melhoria das aprendizagens, da integração curricular, da positividade e da diversificação.

Avaliação formativa:

- Melhoria do processo de intervenção pedagógica;
- Reguladora do ensino e da aprendizagem – Aprendizagens Essenciais (AE) e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO);
- Contínua, diversificada e contextualizada;
- Fundamentação da definição de estratégias de diferenciação pedagógica e a superação de dificuldades.

Avaliação sumativa:

- Formula juízos globais sobre as aprendizagens;
- Pode conduzir à classificação.

A avaliação tem como referência as AE, que enquadram a orientação curricular de base bem como os princípios, as áreas de competências e os valores inscritos no PASEO.

Capítulo III

1. Objetivos, Estratégias e Metas

Eixo I: Aprender ao longo da vida – o envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
1. Promover um saber teórico-prático que assegure uma educação inclusiva.	Funcionamento de clubes e de projetos que privilegiem a transdisciplinaridade e se revelem um complemento das aprendizagens.	Planificação das atividades de cada clube ou projeto. Número de atividades realizadas por clube.	Funcionamento de, pelo menos, 6 clubes. Concretização de, pelo menos, 50% de cada planificação.	Verificação anual da concretização da planificação
	Participação/dinamização de projetos de âmbito nacional (Eco-Escolas, Parlamento dos Jovens, RBE/PNL), e internacional (Erasmus+) *.	Candidaturas/inscrição e participação no âmbito de projetos nacionais ou internacionais.	Concretização de, pelo menos, 10 projetos. Participação em, pelo menos, 2 projeto de âmbito internacional.	Verificação anual da concretização da planificação
	Desenvolvimento de Domínios de Autonomia Curricular (DAC).	Planificações dos DAC.	Concretização de, pelo menos, 1 DAC por cada grupo turma e por ano letivo.	Verificação anual, em ata de CT, da concretização da planificação
	Articulação das BE com os professores, para desenvolvimento das competências do PASEO referentes à leitura, à comunicação, à literacia dos média e à criatividade.	Elaboração do PAA das BE.	Concretização de, pelo menos, 80% do PAA.	Relatórios de reflexão e de (auto)avaliação das BE
	Desenvolvimento da literacia digital.	Dinamização de atividades pela equipa PADDE.	Dinamização, pela equipa PADDE, de, pelo menos, 1 atividade por semestre que envolva duas turmas por ciclo.	Relatório PADDE

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
	(Re)definição de linhas de atuação, com base na análise dos resultados da avaliação sumativa. Implementação de medidas de suporte à aprendizagem para os alunos que evidenciem dificuldades. Promoção da igualdade de oportunidades tendo em conta as características de cada aluno.	Sucesso educativo por ciclo. Taxa de sucesso no ensino profissional. Taxa de alunos com módulos em atraso. Taxa de transição. Taxa de conclusão de ciclo. Resultados da avaliação externa (exames nacionais) do AEV. Taxa de abandono escolar.	Sucesso igual ou superior à taxa de sucesso nacional. Taxa de sucesso acima da média nacional. Taxa inferior a 10%. Taxa de transição superior a 90%, aproximando o mais possível dos 100%. Taxa de conclusão de ciclo entre 90 a 100%, aproximando o mais possível dos 100%. Resultados em linha ou acima da média nacional. Taxa abaixo dos 0,7%, aproximando o mais possível de 0.	Oferta educativa adequada às necessidades do contexto local e às expectativas de empregabilidade dos alunos Relatórios (trimestrais e anuais) do Observatório da Qualidade
	Monitorização do número de alunos que completam o percurso escolar no tempo previsto, em cada ciclo (Percurso direto).	Aumento progressivo do número de alunos que completam o percurso escolar no tempo previsto, em cada ciclo.	Taxa superior a 90% em cada ciclo de escolaridade. Nos cursos de EFP, taxa igual ou superior a 75%.	

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
	Acompanhamento dos alunos que pretendem ingressar no ensino superior (ES) ou na vida profissional.	Taxa de entrada no ES.	Taxa de entrada dos alunos que se candidatam, acima de 90%.	Fonte ENES, MISI
		Taxa de colocação (empregabilidade ou ensino superior) dos alunos dos cursos de EFP.	Taxa de colocação de 90%.	Relatórios EQAVET
	Monitorização do percurso escolar dos alunos imigrantes e dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem.	Taxa de transição ou conclusão de ciclo dos alunos imigrantes.	Manter a taxa de transição ou conclusão de ciclo acima dos 90%, aproximando o mais possível dos 100%.	MISI, Inovar
		Taxa de transição ou conclusão de ciclo dos alunos com Relatório técnico-pedagógico, Programa Educativo Individual e Plano Individual de Transição.	Taxa de transição ou conclusão de ciclo acima dos 95%, aproximando o mais possível dos 100%.	
	Instituição e implementação do Quadro de Mérito (QM).	Taxa de alunos que ingressam no QM.	Aumento progressivo dos alunos que integram o QM, nos três anos de vigência do PE.	Regulamento do QM. Documento de registo anual/ata
	Promoção da mobilidade de alunos em contextos de aprendizagem Europeus.	Realização de mobilidades internacionais de alunos, no âmbito do Programa Erasmus+.	Realizar, pelo menos, duas ações de mobilidade que envolvam alunos em contextos de aprendizagem europeus.	Relatório Erasmus+

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
2. Criar condições diversificadas que contribuam para a formação de cidadãos livres, responsáveis e interventivos, com consciência da sua identidade europeia.	Desenvolvimento de projetos relacionados com questões de cidadania.	Planificação das atividades de cada projeto.	Desenvolvimento de 1 projeto de cidadania por turma, em cada ano letivo.	Cumprimento das planificações dos projetos
		Desenvolvimento de projetos com projeção exterior ao AEV, na comunidade arcuense, durante o período de vigência do PE.	Desenvolvimento de, pelo menos, 6 projetos anuais, com projeção exterior ao AEV.	
	Promoção de práticas de autorreflexão que conduzam a um comportamento assertivo.	Cumprimento do Código de Conduta.	Baixar o número de ocorrências por período, durante o período de vigência do PE.	Dados fornecidos pela plataforma INOVAR – atas dos CT
		Número e medidas sancionatórias aplicadas.	Número de ocorrências de grau 2 e 3 inferior a 5 por turma, em cada ano letivo.	
	Promoção da cultura humanista e democrática, através da defesa dos princípios que a sustentam.	Planificação e concretização de ações e /ou atividades que trabalhem os princípios que sustentam a cultura humanista e democrática.	Taxa de 50% das atividades previstas no PAA.	Cumprimento das planificações
	Realização de atividades no âmbito da ciência, ambiente e sustentabilidade: - saúde física e mental; - educação ambiental; - literacia digital; - literacia financeira; - património local.	Colocação em todos os espaços de recipientes para recolha e reciclagem do lixo.	Taxa superior a 98%, aproximando o mais possível dos 100%.	Existência dos recipientes de recolha
		Planificação de atividades do PAA em articulação com as Oficinas da Criatividade Himalaya.	Concretização de, pelo menos, 10 atividades articuladas, por ano letivo.	Cumprimento das planificações dos projetos
		Planificação de atividades do PAA, no âmbito da cidadania, dos clubes e dos projetos.	Taxa de 80% de concretização das atividades previstas no PAA.	

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
	Desenvolvimento da comunicação e da interação.	Desenvolvimento de atividades que promovam a comunicação e a interação – organização de debates e /ou apresentações, que envolvam todos os alunos de cada turma, ou de várias turmas.	Desenvolvimento de, pelo menos, 1 atividade por turma e por ano letivo.	Planificações ou registos em atas

Eixo II: Prática pedagógica

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO	
3. Contribuir para a melhoria da prática letiva.	Promoção da supervisão pedagógica.	Observação de aulas pelos pares.	Observação de aulas, pelo menos 1 vez no período de vigência do PE.	Registos das observações efetuadas	
	Promoção de: - trabalho colaborativo de articulação intra e interdepartamental, que promova a sequencialidade curricular e a partilha da formação e práticas científico-pedagógicas; - diversidade de práticas e de instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades; - recursos educativos diversificados.	Trabalho colaborativo, nos grupos disciplinares, presencial ou pelo Teams, para promover a articulação e a inovação pedagógica.		Pelo menos 2 reuniões de coordenação de ano, por período.	Atas Inovar Relatórios Plataforma Teams
		Trabalho colaborativo entre os grupos de um mesmo departamento.		Pelo menos 2 reuniões entre coordenadores e subcoordenadores por período.	
		Trabalho colaborativo entre os coordenadores dos departamentos.		Pelo menos 3 reuniões entre coordenadores por período.	
		Trabalho colaborativo entre os coordenadores dos DT.		Pelo menos 3 reuniões entre coordenadores por período.	
	Constituição de pares pedagógicos e coadjuvações sempre que necessário e possível.	Existência de pares pedagógicos e de coadjuvações.		Responder a, pelo menos, 80% das necessidades expressas em atas de CT ou conselho de grupo, no fim do ano letivo.	Dados fornecidos pela direção
	Debate sobre questões de avaliação e indisciplina intra e interdepartamental, com vista à implementação do projeto SEGUE.	Realização de debates e painéis com docentes, sobre temáticas de avaliação, indisciplina e/ou outras de interesse.		Realização de, pelo menos, 3 debates e 3 painéis durante o período de vigência do PE, envolvendo a totalidade dos docentes no período de vigência do PE.	Relatórios dos debates e painéis Relatórios do projeto SEGUE

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
	Promoção e valorização da avaliação pedagógica.	Implementação do PAE – Plano de Ação Estratégica – avaliação pedagógica.	Cumprimento integral do Plano de Ação Estratégica.	Relatório final do PAE
	Reflexão e análise periódica dos resultados.	Elaboração de um relatório por período de avaliação dos resultados da avaliação sumativa.	Apresentação do relatório à comunidade educativa, na página do AEV.	Relatórios (trimestrais e anuais) do Observatório da Qualidade
	Criação de instrumentos e critérios de avaliação de desempenho docente que garantam transparência e justiça do processo.	Construção de um documento que reúna informação sobre os procedimentos para ADD: calendarização, critérios de avaliação e classificação, indicadores e perfil de excelência.	Divulgação do documento a todos os docentes, até ao fim do primeiro período de cada ano letivo.	Documentos produzidos no âmbito da ADD

* O Erasmus + é o programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto. É um programa com várias possibilidades que tem os seguintes eixos horizontais prioritários:

- a inclusão e diversidade,
- a transformação digital,
- o ambiente e o combate às alterações climáticas,
- a participação na vida democrática.

A consecução destas prioridades é materializada através de projetos de mobilidade e cooperação internacionais apoiados e financiados pelo Erasmus+. Neste sentido, o AEV tem uma equipa constituída no sentido de desenvolver uma estratégia de desenvolvimento europeu e internacionalização, que vai ao encontro de, por um lado, a consecução dos objetivos deste Projeto Educativo e a construção de cidadãos conscientes da sua identidade europeia.

Eixo III: AEV – uma organização educativa: uma ponte entre a escola e o mundo

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
4. Gerir com eficácia os recursos disponíveis: humanos, materiais, físicos e tecnológicos.	Promoção da formação contínua.	Plano de Formação anual, que contemple as necessidades manifestadas pelo corpo docente, técnico e não docente do AEV.	Concretização de, pelo menos, 60% do Plano de Formação para o AEV.	Plano de formação
		Dinamização de formação e de apoio aos docentes, pela equipa PADDE.	Formação e apoio aos docentes, num processo contínuo, durante a vigência do PE. Pelo menos 8 ações, ou 50% dos docentes abrangidos.	Relatórios da equipa PADDE
		Promoção da mobilidade de professores no contexto europeu.	Realizar, pelo menos, duas ações de mobilidade que envolvam professores em contextos de aprendizagem europeus.	Relatórios da equipa Erasmus+
	Manutenção da oferta formativa tão alargada quanto possível, no ensino secundário, adequada às necessidades da comunidade e às expectativas dos alunos e famílias.	Número de matrículas nas ofertas formativas.	Taxa de frequência.	Discrepância entre os processos de matrícula e os alunos que frequentam
		Criação de uma disciplina da área artística, dentro do «Complemento à educação artística», que complemente a área da sensibilidade estética e artística.	Criação da disciplina.	Plano curricular do EB
	Otimização do acesso à informação.	Número de equipas de apoio às plataformas utilizadas pelo AEV.	Manter 2 equipas durante o período de vigência do PE.	

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
		Número de seguidores das redes sociais do AEV.	Aumentar progressivamente o número de seguidores.	Registos de dados
		Número de acessos à página do AEV.	Aumentar significativamente o número de acessos.	
	Otimização dos espaços e dos equipamentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem.	Dinamização da Sala do Futuro.	Ocupação progressiva que atinja pelo menos os 50%, no último ano de vigência do PE.	Registos de dados
		Frequência do Centro de Apoio à Aprendizagem e utilização dos recursos disponíveis.	Taxa de ocupação superior a 20 horas semanais.	Registo no INOVAR
		Registos de Entrada na Biblioteca. Registo de empréstimos domiciliários e presenciais.	Aumento gradual da frequência da Biblioteca Escolar ao longo da vigência do PE.	Registos de dados
	Promoção de hábitos sustentáveis.	Manutenção de equipamentos adequados que permitam que a efetiva reciclagem em todo o AEV – salas de aula, gabinetes e espaços comuns interiores e exteriores.	Taxa superior a 98%, aproximando o mais possível dos 100%.	Existência dos recipientes de recolha
		Diminuição da impressão em papel.	Diminuição em 50%, nos próximos 3 anos.	Dados fornecidos pelos serviços administrativos
	Promoção da desburocratização e a simplificação de procedimentos.	Criação de uma equipa, no âmbito do Observatório da Qualidade, para monitorização e apresentação de propostas de desburocratização dos procedimentos administrativos.	Apresentação de propostas de desburocratização, garantindo a eficiência e a legalidade dos procedimentos.	Propostas apresentadas

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO	
5. Fomentar a relação do AEV com a comunidade.	Criação de formas de diversificadas de participação das famílias na vida escolar.	Criação de um Plano de cooperação entre a Associação de Pais e EE na atividade do Observatório da Qualidade, através de um representante.	Taxa de concretização.	Relatórios anuais do Observatório da Qualidade	
	Capacitação dos EE para a literacia digital.	Número de atividades desenvolvidas pelo PADDE e dirigidas aos EE.	Pelo menos 1 por ano.	Relatórios da equipa PADDE	
	Promoção do diálogo entre o AEV e a comunidade arcuense.	Desenvolvimento de parcerias em todos os anos letivos.	Desenvolvimento de, pelo menos, 40 parcerias por ano letivo.	Realização de pelo menos 3 painéis ou reuniões, por ano letivo com agentes da comunidade educativa.	Documentos de registo
		Realização de painéis ou reuniões com agentes da comunidade educativa, muito especialmente entre a Associação de Pais e EE e a direção do AEV, para promover a cooperação institucional.	Realização de, pelo menos, 40 parcerias por ano letivo.		
		Definição de estratégias de comunicação dos resultados de autoavaliação, no âmbito da comunidade educativa.	Divulgação trimestral dos resultados de autoavaliação, na página do AEV.	Publicações na página do AEV	
Incentivo à participação em ações de voluntariado.	Número de atividades promovidas que criem oportunidades de envolvimento dos alunos.	Aumento progressivo do número de alunos que participam.	Atas		

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
6. Promover a reflexão, autoavaliação e a melhoria das práticas.	Promoção da reflexão, da autoavaliação e da autorregulação a nível organizativo.	Elaboração, pelo Observatório da Qualidade, de um relatório de análise e de reflexão sobre os resultados da avaliação sumativa interna e externa.	Publicação, na página do AEV, da análise dos resultados da avaliação sumativa periódica, com as respetivas reflexões dos grupos disciplinares.	Relatórios (trimestrais e anuais) do Observatório da Qualidade
		Elaboração de um relatório de reflexão e autoavaliação sobre o desempenho de funções para além das letivas: cargos, de clubes, projetos...	Taxa de entrega do relatório anual de 100%.	Relatórios de desempenho
		Monitorização dos indicadores EQAVET e dos indicadores do AEV para a EFP.	Apresentação e publicitação da monitorização trimestral e anual.	Relatório EQAVET
		Criação de procedimentos sistemáticos de autoavaliação do AEV.	Reflexão sobre o desempenho global do AEV enquanto organização educativa.	Relatório de autoavaliação anual
	Obtenção de selos de qualidade que se adequem às linhas de ação do AEV.	Selos de qualidade EQAVET, Escola Saudável e Escola Amiga da Criança.	Manter estes selos. Obtenção de, pelo menos, mais um selo, durante o período de vigência do PE.	Certificado de atribuição do Selo
7. Valorizar a imagem do AEV junto da comunidade educativa e da sociedade em geral.	Projeção da ação do AEV na comunidade em que se insere, através da página do AEV, do AEVdigital, da Rádio local e dos jornais locais.	Atualização da página do AEV e das redes sociais.	Atualização semanal.	AEVdigital Página da escola Jornal local Radio S
		Publicação do jornal AEVdigital.	Publicação mensal.	

OBJETIVOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO
	Auscultação da opinião dos elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem sobre o funcionamento do AEV – comunidade intra e extraescolar.	Reconhecimento do papel do AEV pela comunidade, através de inquéritos de satisfação. Análise dos resultados da recolha para posterior reflexão pelos grupos de docência. Grau de satisfação manifestado pelos elementos da comunidade escolar.	Uma vez por ano. Divulgação de um relatório final. Garantir um grau de satisfação > 3	Questionários de satisfação e sua análise Relatórios

2. A avaliação do Projeto Educativo

A avaliação e monitorização do PE é uma demanda essencial das organizações e, portanto, também das escolas. Determina a sua autorregulação e constitui-se como uma exigência característica das dinâmicas e da competitividade das sociedades modernas.

A sua importância advém do facto de se tratar de um processo de regulação que requer a implementação de estratégias que conduzam à melhoria da qualidade do serviço prestado pelo AEV, quer ao nível da eficiência da sua organização e funcionamento, quer ao nível dos processos pedagógicos. Por isso, este processo de monitorização e avaliação deve ser sistemático e o mais participado possível.

A reflexão permanente constitui-se como veículo fundamental de promoção das boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados, de aferição dos resultados e metas alcançadas e de constante aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade, como tem sido apanágio do AEV.

A avaliação do PE contempla um processo de retroação e de regulação da atividade educativa do AEV que, em momentos intercalares do seu percurso, podem levar à implementação de medidas de revisão e correção do projeto, nomeadamente a necessidade de ajustar alguns objetivos e/ou metas e estratégias a novas circunstâncias, contextos ou exigências de carácter endógeno ou exógeno.

As metodologias, as técnicas e os instrumentos de avaliação internamente aplicados pelo Observatório da Qualidade do agrupamento, bem como os instrumentos de avaliação externa adotados numa dimensão holística, permitirão um *corpus* de dados vasto, sólido e representativo capaz de regular com eficiência e rigor o desenvolvimento do próprio PE enquanto documento que consagra a orientação educativa do AEV.

A dimensão estratégica da avaliação deve estar omnipresente, o conhecimento real das situações e da ação educativa em desenvolvimento pedem uma avaliação e um diagnóstico adequados e oportunos das forças e das fraquezas. Este estudo e avaliação da eficiência dos diversos recursos e da eficácia das decisões determina a viabilidade do projeto e constituem-se como momentos fundamentais neste processo.

O Conselho Geral, no quadro das suas competências legais, deve, além de aprovar o projeto educativo, acompanhar e avaliar a sua execução. Deste modo, deverá proceder a uma avaliação anual do presente PE, apreciar a sua adequação à conjuntura social, económica e cultural, apresentar sugestões de reformulação e, eventualmente, dirigir recomendações aos restantes órgãos de administração e gestão, estruturas de orientação educativa e serviços de apoio educativo do AEV.

Disposições finais

O PE não deve ser um instrumento de justificação retórica da ação, mas um instrumento orientador da operacionalização organizacional. Considerando *que as organizações são socialmente construídas*, então os seus atores tornam-se elementos ativos e determinantes no desenvolvimento organizacional. O desenvolvimento de um projeto depende da participação alargada da comunidade e de uma ação de cooperação e colaboração dos seus membros, onde se assumem compromissos e posições concertadas e, também, negociação e discussão, características de uma conceção participada e democrática da Escola.

O PE é um instrumento de afirmação da identidade organizacional que procura, no domínio da gestão educativa, conciliar a eficácia educacional com o desenvolvimento organizacional. Convém reter que a Escola, enquanto organização socialmente construída, não se pode traduzir numa aplicação mecanicista dos instrumentos normativos internos ou político-normativos, antes são (re)construções humanas. A Escola é, cada vez mais, uma organização complexa em permanente mudança, transformação e adaptação aos contextos regionais, nacionais e internacionais. Deste modo, como é expectável, devemos estar preparados para a alteração dos quadros legais e regulamentos, das formas de comunicar e interagir que originaram um vasto e diversificado conjunto de transformações a ter em consideração na elaboração dos documentos estruturantes, por forma a refletir para regular o novo quotidiano escolar e perspetivar o futuro.

O PE entra em vigor desde a sua aprovação, por um período de três anos letivos. Para além de marcar o início de um novo ciclo na vida do agrupamento, estabelece uma linha de continuidade que tem sido a política subjacente à sua orientação, nas dimensões pedagógica/organizacional, apesar das sistemáticas mudanças normativas e das mais-valias nas instalações resultantes da requalificação.

Tal como foi referido, o PE é, genericamente, o documento de planeamento organizacional e estratégico do AEV, onde se abordam, de forma clara, entre outros, a missão, a visão, os princípios e valores, os objetivos, as ações estratégicas e as metas que orientam a ação educativa no âmbito da sua autonomia. A corresponsabilização, o empenho e a competência de todos determinarão as melhores decisões, as opções eficientes e a garantia da eficácia organizacional. Todavia, só com o esforço individual e coletivo conseguiremos alcançar o desiderato de uma Educação de Qualidade para Todos.

Bibliografia

- AAVV – Projetos Educativos: Elaboração, monitorização e avaliação. Guião de apoio. Agência Nacional para a Qualificação, I. P., Lisboa (2011).
- BARROSO, João (1997). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- BARROSO, João (2005). “Políticas Educativas e Organização Escolar”. Lisboa, Universidade Aberta, p. 55-76, 125,127,128.
- CANÁRIO, Rui (1992). “Inovação e projeto educativo de escola”. Lisboa: Educa Organizações, p.12.
- COSTA, Jorge Adelino (2003). “O projeto educativo da escola e as políticas educativas locais: discursos e práticas”. 2ª Edição. Aveiro: Universidade de Aveiro.p.33, 40, 56, 71-94, 75, 82, 90.
- COSTA, Jorge Adelino (2004). “Construção de Projetos Educativos nas Escolas: traços de um percurso debilmente articulado”. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17 nº 2. Braga: Universidade do Minho, pp. 85-114, 87, 88, 94.
- COSTA, Jorge Adelino (1991). *Gestão Escolar. Participação. Autonomia. Projeto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- DUBET, François (2004). O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, vol.34, nº123, Set./Dez., pp. 539-555.
- FERNANDES, Domingos (2021). Critérios de Avaliação. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRILO, Eduardo Marçal e outros (2005) “A Autonomia das Escolas”. *Textos da Conferencia Internacional a Autonomia das Escolas*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.266.
- HARGREAVES, Andy (1998), “Os professores em tempos de mudança”, Lisboa: Macraw Hill de Portugal, p.17, 108, 192-242, 279.
- HARGREAVES, Andy (2003) – “O ensino na sociedade do conhecimento. A educação na era da insegurança”. Porto: Porto Editora, p.25-26.
- LIMA, Licínio C. (Org.) (2006). *Compreender a Escola. Perspetivas de Análise Organizacional*. Porto: Edições Asa.
- PACHECO, José Augusto (2002). *Políticas Curriculares*. Porto: Porto Editora.
- PACHECO, José Augusto; MORGADO, José Carlos (2002). “Construção e avaliação do projeto curricular de escola”. Porto: Porto Editora, p.21, 40, 81.
- RAWLS, John (2001). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROLDÃO, Maria do Céu (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB.

Elaboração

O Conselho Pedagógico deliberou em **07/12/2021**, nos termos da alínea a) do artigo 33.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, aprovar a presente proposta – Projeto Educativo do AEV 2021/2024, a qual será submetida pela Diretora ao Conselho Geral, nos termos da lei.

Aprovação

O Conselho Geral do AEV, reunido ordinariamente em **16/12/2021**, cumprindo a função que lhe confere a alínea c) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, aprovou o Projeto Educativo do AEV 2021/2024.

Anexos